



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Mulheres, arquiteturas e (outras) espacialidades a crítica feminista e a produção do espaço

Giselle Mascarenhas

UFOP

Thaís Matos Moreno

NPGAU – UFMG

Natália Alves da Silva

IPPUR – UFRJ

Taynara Gomes

PPGAU – UFPA

Mariana Moura

NPGAU – UFMG

RESUMO GERAL

Nesta sessão livre buscamos um espaço para acadêmicas feministas pensarem juntas sobre as pautas feministas e a produção do espaço a partir de uma variedade de contextos empíricos, enquadramentos conceituais e realidades materiais. Tomamos como pano de fundo para nossa discussão as posições de marginalidade, de subalternidade ou de excepcionalidade com as quais a participação e o protagonismo femininos são habitualmente tratados no campo da arquitetura e do planejamento urbano, posições essas que seguem reforçadas pelo conservadorismo crescente dos últimos anos. Assumimos como ponto de partida as interseções existentes e possíveis entre mulheres, arquiteturas e (outras) espacialidades — categorias entendidas em sua inerente pluralidade — e buscamos examinar como diferentes frentes de pesquisa e ação são tensionadas quando a perspectiva feminista é incorporada como lente de análise e as relações de gênero são incluídas nas relações sociais de produção do espaço e igualmente na produção de conhecimento sobre o tema.

Dividimos nossa sessão em três blocos. O primeiro bloco discutirá a relação entre mulheres e moradia, partindo principalmente das contribuições da crítica feminista marxista. Analisaremos como o protagonismo feminino nessa frente é condicionado, em contextos de urbanização capitalista e patriarcal, pela naturalização das atividades de reprodução social como essencialmente femininas e as relações contraditórias que advêm dessa imposição. Assim, é possível analisar a responsabilidade feminina pelo ambiente doméstico como catalisadora, por um lado, do engajamento coletivo e da formação política de mulheres dentro dos movimentos em defesa da moradia e, por outro lado, do agravamento de sua condição de vulnerabilidade à medida em que se tornam as

principais comprometidas no endividamento doméstico familiar, agravado por novas formas de financeirização da moradia em territórios periféricos.

O segundo bloco encaminha nossa atenção para as dimensões teórico-metodológicas da sessão, complexificando nossas ferramentas de análise a partir do entrecruzamento entre gênero, classe, raça e outros marcadores relevantes para as relações socioespaciais de poder. Nesse momento apresentamos a trajetória do conceito de interseccionalidade e sua importância para os estudos feministas. Pretendemos com isso um balanço crítico sobre a necessária inclusão do pensamento feminista negro no centro dos debates contemporâneos em nosso campo, e principalmente sua consideração como passo fundamental para a reflexão crítica acerca do urbano e das práticas espaciais em nosso contexto periférico.

Por fim, o terceiro bloco discutirá o protagonismo feminino em contextos de outras espacialidades, por meio de abordagens feministas decoloniais e ecofeministas. Retomaremos a relação entre as mulheres e a produção do espaço a partir das brechas e rupturas no cenário hegemônico — capitalista, patriarcal e urbano — e analisaremos espaços de resistência expressos em territórios quilombolas no interior do país e nas diversas espacialidades do contexto amazônico. Desse modo poderemos discutir como outros modos de pensar e agir no espaço podem subverter as próprias premissas feministas que seguimos mobilizando como pesquisadoras. A perspectiva feminista reelaborada a partir de outras espacialidades nos permite também continuar a crítica teórico-metodológica: primeiro ao olhar para os modos nos quais a própria historiografia da arquitetura, focada em grandes obras e movida por lógicas de autoria e maestria, segue ignorando ou apagando a participação feminina no campo; depois ao questionar as bases coloniais e patriarcais da nossa própria formação acadêmica e profissional.

MULHERES E CONSTRUÇÃO: O CASO DA PRODUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DE MORADIAS DE BELO HORIZONTE

Via de regra, os canteiros de obras são espaços produtivos masculinos, heterônomos, violentos, geram impactos ambientais significativos e perpetuam a exigência de força bruta. Ademais, uma análise histórica das construções de edificações brasileiras revela que, conseguida pelas transformações da arquitetura e de sua produção, a submissão dos trabalhadores se faz presente em condições de exploração, precarização, diminuição de salários e ampla desqualificação da mão de obra. Esse é o cenário hegemônico. Já a produção de moradias populares denominada ‘autogestionária’, realizada ao longo dos anos 1990 e 2000 em Belo Horizonte (BH), aponta ‘outros canteiros’. A partir do exercício de escuta dos diferentes agentes que idealizaram e materializaram tal política pública — sistematizada em dois estudos de caso — é possível compreender que mesmo permeado por contradições, entraves e inúmeras dificuldades, o processo autogestionário buscou em algum grau, e de diferentes maneiras, fazer frente às adversidades vistas nos canteiros e nos produtos da produção hegemônica de moradias de interesse social. Em síntese, a história da autogestão de moradias de BH manifesta nitidamente que outra produção de arquitetura ‘para’ e ‘pelos’ pobres é possível. Isso porque, dentre outras questões, trata-se de uma produção incitada e desenvolvida pela articulação de mulheres em luta por seus direitos, sobretudo, pelo acesso à cidade e à moradia

digna. Mulheres essas que se conformaram majoritariamente o corpo dos movimentos de moradia, formaram-se lideranças, militantes, assessoras técnicas e também a mais expressiva parcela da mão de obra que compôs os mutirões para a construção dos conjuntos habitacionais. Isso, contudo, não ocorreu por um acaso, afinal, são elas as mais afetadas pela falta de moradia, consequência de uma sociedade patriarcal em que as atividades relativas à reprodução social são lidas e naturalizadas como funções essencialmente femininas. A partir daquilo que reforça o feminismo marxista fica claro que a subordinação das mulheres é motor indispensável ao funcionamento do capitalismo como o conhecemos. As atividades reprodutivas não são meros apêndices do trabalho remunerado, são seu sustento. Impulsionadas por um desejo de mudança, as experiências da produção autogestionária de moradias se mostram não apenas alternativas à produção habitacional popular no país, mas também caminho para o exercício de autonomia. Nessa conjuntura, o protagonismo feminino contribuiu, por exemplo, para que fossem incorporados aos canteiros de obras espaços de creche, fossem repensadas tecnologias construtivas mais adaptadas à escala e à capacidade física das trabalhadoras e, pelo entendimento de sua própria potência, resultaram na libertação de muitas delas da realidade de opressão que viviam em relações submissas e abusivas. Em síntese, o canteiro da exploração, da alienação e da força bruta, — retrato da produção hegemônica — cede lugar ao canteiro da festa, das trocas de conhecimento, do trabalho coletivo, do cuidado, da qualificação da mão de obra, das adequações sociotécnicas, da inclusão, da coesão do grupo, do empoderamento e conseqüentemente da possibilidade de emancipação feminina. Buscando combater a invisibilidade em que se encontram essas contraditórias experiências, a palestra pretende difundir a história desses ‘outros canteiros’ pela ênfase do trabalho desenvolvido pelas mulheres.

MULHERES, MORADIA E DÍVIDA: AS MELHORIAS HABITACIONAIS COMO ALVO DA EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO NAS PERIFERIAS

Esta apresentação é fruto de minha pesquisa sobre negócios de impacto social focados em melhorias habitacionais, uma análise sobre como a moradia dos pobres se torna oportunidade de renda para o mercado financeiro. Investigo, especificamente, a empresa Vivenda, que encontrou na falta de políticas públicas para combater o déficit da inadequação edilícia (uma das categorias do déficit habitacional) uma oportunidade de lucro. Este foi o primeiro negócio de impacto social do Brasil a captar recursos do mercado financeiro para atuar com reformas de baixa complexidade em periferias, oferecendo crédito a juros para famílias de baixa renda e articulando-as com escritórios de arquitetura e outros agentes da construção. Trata-se de uma articulação que vem configurando um novo mercado de reformas populares e que vem revelando um estreitamento cada vez maior da financeirização com os territórios periféricos. Como o déficit habitacional é predominantemente feminino, a clientela das reformas geridas pela Vivenda também é sobretudo de mulheres. Nesta apresentação, discuto a experiência de mulheres pobres que adquiriram este tipo de reforma de baixa complexidade e como elas têm lidado com a dívida contraída em suas vidas cotidianas. Com isso, busco analisar a questão da produção da moradia junto às dimensões de gênero e das finanças, porque compreendo que essa articulação é essencial para decifrar as relações sociais em pauta e ampliar a perspectiva crítica da arquitetura. Amparada em uma perspectiva feminista marxista latino-

americana, realizo uma *leitura feminista da dívida* demonstrando o quanto esse estreitamento da financeirização com a vida cotidiana periférica traz uma série de impactos para a reprodução da vida das mulheres, sobretudo negras e pobres. Desprovida do acesso a uma série de políticas públicas, as mulheres pobres chefes de família são os principais alvos de novas formas de exploração financeira via endividamento, já que são as mais responsáveis pelo ambiente doméstico e as que mais se dispõem a contrair dívidas para manutenção das atividades de reprodução social desse espaço. Ao mesmo tempo que, nos contextos urbanos, elas tendem a ter menos participação nos processos de autoprodução de suas moradias devido ao machismo estrutural, mesmo sendo as que mais ficam no ambiente doméstico e as que mais sabem das necessidades de transformação de seus espaços. O endividamento doméstico familiar tem enorme relevância aqui, porque se tornou indispensável à reprodução da vida da maioria, sobretudo dos mais pobres. O Brasil chega ao final do ano de 2022 com cerca de oitenta por cento das famílias mais pobres endividadas. Provavelmente, para pagar as dívidas, as pessoas se submetem a trabalhos ainda mais precários. O endividamento é uma forma de aprisioná-las em um ciclo de pobreza. Ao fim, questiono a transformação de serviços que deveriam ser subsidiados por políticas públicas em novos negócios de impacto que se dizem solucionadores dos problemas sociais, mas que operam na lógica da financeirização e do endividamento dos mais pobres.

FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: FERRAMENTAS ANALÍTICAS PARA A LEITURA DO ESPAÇO URBANO

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um crescente interesse acadêmico pelo feminismo negro e pelo conceito de interseccionalidade, criado e operacionalizado por feministas negras a partir de fortes lutas sociais. No contexto brasileiro, a acolhida ao conceito de interseccionalidade tem contribuído para uma maior inserção da questão racial nos estudos feministas e para uma subsequente complexificação do seu campo de interesses. Ao tornar possível o encontro, em um único termo, da experiência simultânea das múltiplas opressões enfrentadas por mulheres negras, o termo interseccionalidade passou a ser amplamente adotado por feministas das mais diferentes vertentes. Uma nova geração de mulheres negras – pesquisadoras, acadêmicas, ativistas e operadoras de políticas públicas – tem dado continuidade ao empenho de reconstruir a historiografia sobre gênero no Brasil dando visibilidade ao papel desempenhado por mulheres negras em diferentes lutas contra a opressão do período colonial aos tempos atuais. Trata-se de um esforço conjunto, coordenado por acadêmicas e ativistas, cuja motivação básica é trazer para o centro dos debates contemporâneos conceitos, ferramentas analíticas e metodológicas produzidas por mulheres negras e que permaneceram, por um longo período, à margem das teorizações feministas. Contribuindo para a consolidação de um pensamento feminista negro posicionado além das margens, um conjunto amplo de intelectuais negras tem tido suas obras reeditadas, traduzidas e postas em debate nos mais diferentes espaços. Essa revisão crítica das abordagens teórico-metodológicas à luz do ativismo e da reflexão teórica e crítica efetuada pelas mulheres negras tem impactado as formulações no campo do planejamento urbano e regional e nos estudos urbanos de maneira geral. Enegrecer o feminismo acadêmico e o pensamento sobre o urbano, para parafrasear Sueli Carneiro, é um imperativo

para a compreensão das persistentes violências e múltiplas formas de ativismo que constituem o espaço. Os desafios na constituição de uma abordagem interseccional para as investigações sobre o urbano e as cidades estão na ordem do dia e compõem uma gama de esforços individuais e coletivos empreendidos no campo. Com o objetivo de contribuir com essa discussão, nesta apresentação eu examino alguns aspectos analíticos resultantes do entrecruzamento entre gênero, raça e classe, e também de outros marcadores de hierarquia social, os quais que vem sendo trazidos à baila no debate público e nas produções acadêmicas especialmente por feministas negras. Na primeira parte da apresentação, discuto o conceito de interseccionalidade, sua proximidade e distanciamento em relação às políticas de identidade que adquiriram certa centralidade na luta política a partir dos anos 1990. Na segunda parte, busco trazer apontamentos sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica para o debate sobre o espaço. Destaco o papel da experiência no processo de investigação, a multilocalidade como elemento constitutivo dos ativismos interseccionais, a relação entre a interseccionalidade e as práticas que constituem o espaço, a luta pela constituição de toponímias que reflitam as lutas sociais e a história do ativismo das mulheres negras na formação dos lugares.

INTERSECCIONALIDADE E ESPACIALIDADES AMAZÔNICAS: A LENTE COLONIAL DA URBANIZAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS DA REALIDADE COTIDIANA.

Olhar o cenário atual das cidades é enxergar uma crise sistêmica, onde múltiplas camadas se sobrepõem e materializam-se no território assumindo uma espacialidade. Crise ecológica, de moradia, de infraestrutura, mobilidade, segurança alimentar, conflitos raciais, de gênero e étnicos. Esse “modelo” de cidade reproduz uma espacialidade historicamente consolidada como “ideal” de urbanização, que parte de um imaginário global e colonial, e que estabelece pressupostos gerais para todos os contextos. Falamos a partir de um local específico, um contexto de urbanização baseada na industrialização, uma relação econômica formal, uma lógica mecanicista e cartesiana, um raciocínio universal e uma padronização imposta de composição social familiar. É importante destacar que esse modelo de urbanização compõe um largo portfólio de literatura e de projetos urbanos no mundo, e vem sendo consolidado nos últimos quatro séculos, com o avanço do sistema capitalista. Neste contexto, este trabalho propõe olhar para essa discussão com uma lente diferente, uma lente que analisa a urbanização a partir das brechas e rupturas nesse sistema e utiliza como lugar de fala a diversidade de espacialidades existente no contexto amazônico. Analisar criticamente o atual padrão de urbanização significa reconhecer também as opressões de classe, gênero e raça que o acompanham. Um modelo que apagou fisicamente e tentou apagar historicamente as sociedades matriarcais e o protagonismo das mulheres na construção da sociedade. Neste sentido, olhar para as espacialidades amazônicas para além do contexto metropolitano e a partir de uma abordagem ecofeminista e interseccional revelam outras realidades e narrativas, onde mulheres protagonizam seus territórios, apresentam papel de liderança, se colocam como as principais resistências e apresentam outra relação sociedade – território-natureza. Essa abordagem permite enxergar para além da narrativa colonial capitalista e nos faz compreender para além da história única. Os registros de urbanização híbrida em contexto amazônico apontam para alternativas à

urbanização padronizada e predatória. Alternativas estas portadoras de valores (equidade, coletividade, diversidade, equilíbrio ecológico), que são demandados pela sociedade contemporânea, mas que não têm sido articuladas ao campo teórico consolidado (marco legal, políticas públicas, técnicas formais), ou sido reconhecidas na tomada de decisão sobre investimentos públicos e privados. Pelo contrário, são intencionalmente invisibilizadas, inferiorizadas e precarizadas justamente por representarem uma ruptura no sistema capitalista e por serem sempre comparadas com as soluções high tech, ditas inovadoras, que são disseminadas no contexto eurocêntrico e reestabelecem lentes coloniais de análise sobre o que é diferente e diverso do urbanismo ocidental. Esses posicionamentos se conectam com discussões sobre a reconstrução de um novo repertório espacial para as cidades, especialmente as amazônicas, com novas soluções, com o reconhecimento da diversidade de sujeitos existentes, com a inovação no campo da arquitetura e urbanismo a partir das potencialidades da escala local e cotidianas e com a necessidade de um ensino revolucionário, emancipatório, com aderência territorial e com uma prática profissional coerente com o contexto de inserção.

MULHERES E O SABER-FAZER CONSTRUTIVO: UMA HISTÓRIA DA ARQUITETURA VISTA DO CANTEIRO DA AUTOPRODUÇÃO.

Esse trabalho aborda a história da arquitetura de um ponto de vista diferente: o do canteiro da autoprodução. O recorte escolhido não é aleatório e está relacionado com o objetivo geral de (re)descobrir o papel das mulheres nessa mesma história. Parto do pressuposto de que as mulheres estavam — e em muitos casos ainda estão — consideravelmente envolvidas na construção de suas próprias casas e, assim, considero a perspectiva da autogestão pertinente para reelaborar a participação feminina na arquitetura, uma participação usualmente tida como periférica ou inexistente. Entre os diversos canteiros da autoprodução, minha atenção se voltará para espaços de arquitetura vernacular, focado especialmente no estudo da comunidade quilombola Mata dos Crioulos, localizada na região do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. O interesse em trabalhar com este quilombo em particular veio da suposição de que as mulheres residentes são as principais responsáveis pela maioria dos empreendimentos construtivos na comunidade. Para seguir com uma outra história da arquitetura contudo, é preciso igualmente reconsiderar a própria definição do nosso campo disciplinar, pensá-lo para além de um campo especializado de saberes focado em grandes obras para abordá-lo como a efetiva ou desejada transformação do espaço pelo trabalho humano. Essa ampliação na compreensão da arquitetura e do canteiro de obras permite a inclusão da mulher de maneiras ainda pouco exploradas. O recorte da autoprodução também nos ajuda a entrever como a perda de autonomia construtiva dessas mulheres sucede a introdução de novas técnicas construtivas e desse modo permite investigar como mudanças nos modos de produção se ligam à perda de um saber-fazer antes compartilhado. Essa hipótese seguiria o padrão já identificado por historiadoras feministas que relacionam a perda relativa de status da mulheres justamente em períodos que a história usualmente considera como de “mudanças progressivas”.

